

## RESOLUÇÃO Nº 05, de 16 de junho de 2010

Revogada pela Resolução MPC nº 07/2013

*Normatiza o recebimento e tratamento das informações remetidas ao Ministério Público de Contas, relativas à ocorrência, em tese, de irregularidades no âmbito da Administração Pública, bem como a instauração do Procedimento de Investigação Preliminar - PIP.*

Considerando as competências atribuídas ao Ministério Público de Contas pelo art. 32 da Lei Complementar n.102/2008, pelo art. 67, da Lei Complementar n. 34/1994 e pelo art. 26, I, da Lei n. 8625/93, no que se refere à atribuição de instaurar medidas e procedimentos no exercício de suas funções, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando a necessidade de estabelecer providências a partir das informações recebidas pelo Ministério Público de Contas, que podem relatar a ocorrência de ilícitos;

O colegiado de Procuradores do Ministério Público de Contas, no exercício de sua competência, RESOLVE:

Art. 1º. As informações enviadas ao Ministério Público de Contas que relatarem a ocorrência, em tese, de irregularidades no âmbito da Administração Pública serão examinadas pelo Procurador-Geral, que determinará à Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público - CAMP a adoção das seguintes providências:

- I - instauração de Procedimento de Investigação Preliminar - PIP;
- II - remessa ao Procurador competente, em caso de prevenção;
- III - arquivamento de plano;

Art. 2º. O PIP objetiva a aferição de indícios de ilegalidade em fatos comunicados ao Ministério Público de Contas e a adoção de providências no âmbito de sua competência.

§ 1º. O PIP será instaurado mediante portaria expedida pelo Procurador-Geral.

§ 2º. Aplicam-se ao PIP os princípios da informalidade, da sigilosidade, da inquisitorialidade, da celeridade e da prevenção.

Art. 3º. Compete à CAMP o recebimento, a autuação, a distribuição, a manutenção em arquivo cronológico e a análise técnica conclusiva do PIP.

§ 1º. Recebida a informação, a CAMP certificará a respeito da existência de processo em trâmite no Tribunal de Contas versando sobre o mesmo assunto.

§ 2º. A distribuição a que se refere o *caput* será equitativa, respeitada a ordem alfabética.

§ 3º. A análise técnica prévia a que se refere o *caput* proporrá ao Procurador a adoção das seguintes medidas:

- I - arquivamento;
- III - interposição, de plano, de representação perante o Tribunal de Contas;
- IV - comunicação ao órgão competente da ocorrência de ato de improbidade e/ou crime; V - outras medidas que entender cabíveis.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Glaydson Santo Soprani Massaria

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

(Minas Gerais de 25.06.2010)